



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3227-5564 – 3235-1741 – ramal 2003

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**3 de julho de 2015**

No dia três de julho de dois mil e quinze reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Extensão, sr. Renato Tannure Rota de Almeida; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Cói; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria de Tecnologia da Informação, sr. Joubert Alexandrino de Souza; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Alegre, sra. Maria Valdete Santos Tannure; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Rubyo de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cezar de Oliveira Bettero; do campus Centro-Serrano, Adriana Pionttkovsky Barcellos; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Itapina, sr. Anderson Mathias Holtz; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Montanha, sr. André dos Santos Sampaio; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Fabiano Ricardo Brunele Caliman; do campus Viana, sra. Edna dos Reis; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Apresentação proposta aniversário do Ifes pela Equipe da Comunicação; 3. Apreciação da solicitação de encerramento das atividades do curso técnico subsequente de Química campus Aracruz; 4. Apreciação do Regimento Comitê de Ética em Pesquisa Seres Humanos; 5. Apreciação da Minuta de Resolução que trata da mobilidade docente no Ifes; 6. Apreciação do Curso Superior em Logística – campus Viana; 7. Apreciação do Curso Superior Bacharelado em Química Industrial – campus Vila Velha; 8. Redistribuição de Servidores.** O Presidente pede autorização para alterar a ordem dos itens da pauta, comunicando que os informes serão apresentados na parte final da reunião. Diante a anuência dos presentes passa a palavra para as servidoras Natália e Cristiane que apresentam a proposta de comemoração do aniversário do Ifes. As servidoras destacam que o início das comemorações será no campus Guarapari, coincidindo

com o final da jornada científica. A servidora Natália comunica que já contatou diversas pessoas da comunidade acadêmica do Ifes, destacando o entusiasmo dessas para com a proposta de comemoração, e revela a expectativa de também receber o apoio dos Diretores-gerais. A servidora Cristiane relata que o objetivo da proposta é apresentar um evento itinerante para que todos os campi do Ifes participem e sejam representados, apresentando, a seguir, o planejamento da comemoração, que consiste em eventos organizados por dois campi, em que um deles será o visitante. Destaca que o investimento necessário para a realização dos eventos é somente a disponibilização, por parte dos dirigentes, da infraestrutura dos campi. Explica que cada campus vai receber um painel que contará a história do Ifes e do campus, possibilitando assim, que a comunidade interna e externa tenham maior conhecimento sobre a instituição. Justifica a importância do painel, ao relatar que a comunidade acadêmica ainda tem dificuldade em entender a dimensão atual do Ifes, destacando que cada campus será presenteado com um painel. Solicita a colaboração de todos os dirigentes para que a comemoração seja realizada conforme planejamento, solicitando que cada dirigente confirme à Comunicação do Ifes o interesse em receber o evento. O Presidente revela que a intenção do evento é aumentar a interação entre a comunidade acadêmica e os campi, enfatizando que o investimento é pequeno, constituindo na disponibilização da estrutura do campus, no painel e em um bolo simbólico. Destaca que, a partir dos painéis, será possível apresentar em que momento da história aconteceram os fatos marcantes da instituição a partir de um diálogo entre a educação e o mundo. A servidora Natália informa que enviará a apresentação, colocando-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. O Presidente abre o **item 4** e passa a palavra para o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, prof. Márcio Có, que relata que o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa de Seres Humanos - já aprovou a proposta de alteração do Regimento do Cep, mas que, a homologação e, conseqüente validação desta, deve seguir os trâmites institucionais, ou seja, apreciação por parte do Colégio de Dirigentes e depois, aprovação do Conselho Superior. Passa palavra para o prof. Felipe do campus Colatina que, ao cumprimentar os presentes, lembra que desde o final do ano passado, o Cep reiniciou suas atividades. Destaca que a resolução atual obriga a presença de um membro usuário a cada reunião, enfatizando que o Cep tem prazos a cumprir e caso estes sejam ignorados o comitê é advertido pelo Conep. Relata que, com o intuito de garantir que o cumprimento dos prazos, foi retirado o parágrafo que obriga a participação do membro usuário nas reuniões. Revela ser característica do Cep, o caráter educativo, e por isso, após seis meses de atividades, o comitê fará evento de capacitação dos servidores e dos pesquisadores. Acrescenta que o evento será realizado em três campi, sendo que o primeiro no campus Vitória, depois, dia 30 julho, no campus Cachoeiro de Itapemirim e dia 06 de agosto, no campus Colatina. Relata que todos os diretores-gerais e diretores de pesquisa receberam memorando com informações sobre o evento, enfatizando que as inscrições começarão na próxima semana. Diante da negativa de recebimento por parte de alguns dirigentes, o prof. Felipe informa que vai solicitar que a secretária do Cep reencaminhe as informações. O diretor-geral Ricardo

revela a necessidade de emitir um comunicado para os campi que têm cursos de pós-graduação, pois, não raro, professores chegam com os orientandos para realizarem pesquisa sem conhecimento e nem autorização da direção-geral, fato que ignora procedimentos administrativos e que gera sérios problemas institucionais, enfatizando que nenhuma pesquisa deve ser realizada sem autorização do Cep e dos diretores-gerais. A diretora Vanessa relata que os prazos para que o Cep conceda autorização são muito longos, fato que inviabiliza pesquisas para cursos lato sensu. O Pró-reitor Márcio informa que o prazo é, em média, dois meses, esclarecendo que ele pode ser maior caso exista mais projetos a serem analisados. O prof. Felipe detalha os procedimentos e prazos, explanando que, após aceite da secretaria, o Cep tem 30 dias para votar; caso haja pendências, é concedido ao pesquisador mais 30 dias para efetuar as adequações, sendo que o Cep ao receber novamente o projeto tem mais 30 dias para votá-lo. Explica que o evento de capacitação visa solucionar esses problemas, ajustando o cronograma e otimizando os trâmites processuais. A diretora Vanessa relata que o prazo não é o único problema, acrescentando que o comitê de ética deve se ater, exclusivamente, às questões éticas, ignorando questões referentes a metodologia e ao processo. O prof. Felipe explica que a legislação determina a maneira de se realizar a avaliação, destacando que a metodologia também deve ser analisada, caso ela incorra em questões ética. Para a autorização, sugere que a folha de rosto seja assinada também pelo diretor-geral ou em documento anexo ao processo, enfatizando que o pesquisador não pode protocolar o processo sem a devida autorização do dirigente responsável pelo local onde a pesquisa será realizada. O Presidente relata que a situação não é simples, mas se mostra confiante de que ela será resolvida, principalmente as questões referentes ao prazo, visto as implicações legais. A diretora Vanessa relata a necessidade de ser coerente quanto a avaliação e aos prazos, relatando que o problema surge quando o Comitê de Ética avalia o mérito e não a ética. O prof. Felipe destaca que todas orientações serão passadas aos pesquisadores e aos diretores-gerais, colocando-se à disposição de eventuais dúvidas e ou esclarecimentos. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável ao Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos. O Presidente abre o **item 3** e passa a palavra para a Pró-Reitora Araceli que relata que o curso não tem entrada desde 2010/1. O Presidente informa que a suspensão de oferta só pode ser realizada após autorização do Conselho Superior ou por Ato de Homologação Provisória. A Pró-Reitora Araceli relata que as resoluções de autorização serão atualizadas a partir de um estudo que está sendo realizado pela Proen, visto que essa situação já aconteceu com outros cursos, ressaltando que, em alguns casos, o quantitativo da oferta é alterada em que haja alteração na resolução. O Presidente destaca que da forma que ocorreu, um aluno pode exigir a oferta do curso, visto que este que não foi encerrado e tampouco suspenso. O diretor-geral Hermes concorda com a exposição do Presidente e relata os problemas entre a coordenadoria de licenciatura e a coordenadoria de química, destacando que a primeira não queria encerrar o curso, enquanto a segunda admitia a possibilidade. Destaca que não há estrutura física para ofertar, simultaneamente, o curso técnico de química e a licenciatura em

química, e justifica a demora em solicitar o encerramento da oferta na falta de entendimento entre os professores, que vislumbravam também a possibilidade de suspendê-lo. O Colégio de Dirigentes manifesta-se favoravelmente ao encerramento das atividades do Curso Técnico Subsequente de Química do campus Aracruz. O Presidente abre o **item 6** e passa a palavra para a Pró-reitora Araceli que relata que o curso será noturno, com entrada anual, sendo a primeira para 2015/2 e depois, no primeiro semestre de cada ano; destaca que o campus possui o investimento necessário para a implementação do curso, acrescentando que foi aprovado na câmara de graduação, e que após aprovação do Colégio de Dirigentes, será encaminhado ao Cepe e posteriormente ao Conselho Superior. Passa a palavra para a diretora-geral Edna que relata que a área onde está situado o campus foi cedida pela prefeitura e que o Ifes investiu no mobiliário; destaca que todo planejamento tem sido rigorosamente cumprido, acrescenta que as aulas têm previsão de início em 10 de agosto, convidando todos os presentes para a cerimônia. O diretor-geral Ricardo elogia o estudo de demanda elaborado, no entanto, destaca que o estado do Espírito Santo não é muito receptivo ao tecnólogo, pois é um cargo que não consta no plano de carreira das empresas, fato que dificulta a contratação desse profissional. A diretora Edna explica que quando o curso tecnólogo concorre com uma área de engenharia, infelizmente, não há aceitação, no entanto, para a área de gestão, esse profissional tem uma aceitação muito boa no mercado. O diretor-geral Lodovico concorda com a dirigente, acrescentando que as empresas ao entorno do campus Viana tem uma visão diferente do tecnólogo, pois perceberam que muitos de seus funcionários precisam de uma formação superior; ressalta a importância deste profissional, exemplificando que o presidente da Codesa é um tecnólogo. O diretor-geral Hermes relata sua participação no curso tecnólogo do campus Vitória, demonstrando sua tristeza com o seu encerramento. Acrescenta que há uma grande quantidade de profissionais de administração sem formação específica, destacando que, em muitos campi, uma vaga do nível técnico é absorvida por um profissional de nível superior e nesse cenário, o tecnólogo tem uma preparação específica para o mercado. A diretora-geral Edna relata que o curso integrado do campus Viana terá duas turmas, destacando que o egresso poderá dar prosseguimento a sua formação em outros níveis de educação. O Presidente reconhece a dificuldade de inserção no mercado do tecnólogo, divulgando ato da Associação dos Tecnólogos na Câmara Federal com o objetivo de se reconhecer legalmente esse profissional. Destaca a existência de um corporativismo que impede a regulamentação da carreira de tecnólogo em diversas áreas, exemplificando que, há cinco ou seis anos um projeto de lei que visa regulamentar o tecnólogo estava em tramitação, mas em sua fase terminal, dois deputados, dentre eles, Ronaldo Caiado, solicitaram sua suspensão por impedimento. Desta forma, acrescenta que os cursos tecnólogos tem que encontrar áreas onde possam alocar seus egressos, destacando as de informática e de logística que não possuem uma parte acadêmica devidamente estruturada. O Pró-reitor Renato Tannure relata que, por exigência do Mec, a extensão é um componente curricular e elogia o fato do curso de Tecnólogo em Logística do campus Viana possuir esse componente mesmo que de forma genérica, sugerindo vincular a

extensão ao projeto pedagógico. A diretora-geral Edna esclarece que no anexo do projeto integrador constam a definição de atuação, de profissionais e de organização, abrangendo a área de extensão. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável a oferta do curso Superior em Logística – campus Viana. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para a Pró-reitora Araceli que relata que o Bacharelado em Química Industrial do campus Vila Velha oferecerá 40 vagas por ano, integral, com início para 2015/2 e oferta para todo segundo semestre, e destaca sua aprovação na Câmara no dia 15 de julho. Comunica que o curso precisa de mais 4 docentes cuja contratação será realizada no próximo concurso em virtude das vagas que o campus possui. Relata que o campus já possui o curso técnico concomitante em química, a licenciatura em química e que faltava o bacharelado, para atender os egressos que não pretendem de ir para a licenciatura, destacando ser esse o primeiro bacharelado do campus. A diretora Denise destaca a intenção do campus em possibilitar a formação de mais alunos sem consumir muitos recursos e nem contratar muitos professores, acrescenta que o técnico em química está indo muito bem com turmas quase cheias, destacando a abertura de turmas vespertinas e noturna. Relata que poucos desses egressos vão para a licenciatura, o restante vai para o bacharelado da Ufes; diante dessa situação, o campus oferecerá o bacharelado, divulgando a intenção de, no futuro, vide o custo envolvido, oferecer também engenharia. Comunica que o campus possui somente sete salas de aula e que funciona de 7h às 22h, acrescentando que a evasão, na licenciatura, era de cinquenta por cento e que foi reduzida para doze por cento. Relata que algumas universidades ofertam o bacharelado em química, a engenharia e a licenciatura em entradas distintas para que os alunos reprovados em disciplinas comuns possam se rematricular. O diretor-geral Hermes relata que atualmente o mercado capixaba valoriza mais um profissional de química que um engenheiro, e revela suas preocupações em se trabalhar com ajustes entre turmas de cursos distintos, justificando-se no fato de que o conteúdo que se trabalha na licenciatura é um terço daquele trabalhado na engenharia. A diretora Denise revela que cálculo 1 e 2 são idênticos para engenharia e licenciatura. O Presidente parabeniza a iniciativa do campus em se trabalhar com o bacharelado, solicitado uma maior cautela na avaliação da oferta de engenharia. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, manifesta-se favorável a oferta do curso Superior Bacharelado em Química Industrial do campus Vila Velha. O Presidente abre o **item 7** e passa a palavra para o Pró-reitor Márcio Có que relata que a motivação para a elaboração surgiu na Pós-graduação, visto que a mobilidade docente era fundamental para o avanço desta área. Relata que uma comissão formada pelos servidores Márcio Có, Denise Rocco, Vanessa Battestin e Kátia Galvão foi instituída para tratar do assunto sendo que a proposta inicial foi apresentada no Fórum de Diretores-gerais. Relata que a minuta tem a intenção de proporcionar segurança institucional tanto ao programa quanto ao docente e que assim, a carga horária destinada aos projetos de mobilidade seja devidamente computada, logo após, lê a minuta. O diretor Mauro parabeniza o texto e sugere que as férias docentes também sejam contempladas na proposta. O diretor Ronaldo parabeniza a elaboração da proposta, destacando ser ela, uma maneira de padronizar as ações institucionais, no entanto, solicita a

inclusão no texto e, conseqüente, regulamentação das participações eventuais. O pró-reitor Renato Tannure afirma que a proposta regulamenta especificamente as atuações nos cursos, solicitando que sejam incluídas outras ações, como projetos de pesquisas, extensão e institucionais. O pró-reitor Márcio Có informa que a proposta foi elaborada para solucionar os problemas da Pós-graduação, no entanto, relata que a comissão irá se reunir e analisar todas as sugestões, convidando o pró-reitor de extensão para as próximas reuniões. O diretor-geral Carlos Cezar Bettero revela situações preocupantes em relação ao PIT – Plano Individual de Trabalho - do campus Cachoeiro, enfatizando a obrigatoriedade institucional para com as aulas e, em virtude disso, deve haver um equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão. Revela situações preocupantes em relação ao PIT, comunicando o árduo trabalho realizado pela diretora de ensino no seu controle; uma vez que a redução de carga horária para o cumprimento de cargos eletivos tem que ter o aval tanto da coordenação quanto da direção. O diretor Welinton sugere que a autorização seja responsabilidade do diretor de ensino e do diretor de pesquisa, visto a impossibilidade do diretor-geral, em razão das demais atribuições do cargo, em realizar tal atividade. Concorde com a inclusão das férias, visto que atualmente, todo o impacto fica com o campus de origem, expondo dúvidas acerca da legalidade do provimento de passagens e diárias para um trabalho mais longo, pois o servidor em serviço está lotado temporariamente em outro campus; acrescentando que, se há um professor de artes com 4 horas semanais, é injustificável não compartilhar essa força de trabalho. A pró-reitora Araceli concorda com dirigente Carlos Cezar Bettero, enfatizando que o diretor de ensino, o diretor de pesquisa, o diretor de extensão e o diretor-geral têm que ter ciência da mobilidade, questionando, a seguir, como se efetuará o registro de ponto compartilhado. O diretor Joubert informa que, pelo sistema, pode se registrar no campus de destino, mas a validação só pode ser realizada pelo campus de origem. O pró-reitor Márcio relata que o registro e validação pode ser realizado por um documento institucional. O diretor José Orlandi relata que os campi Aracruz e Vitória disponibilizam professores com carga horária baixa para o campus Serra, assim, a proposta poderia contemplar o professor multi-campi e, desta forma, otimizar os recursos humanos do Ifes. O Presidente relata que a proposta surgiu a partir de uma questão concreta, ou seja, a Pós-graduação, e que, apesar das sugestões apresentadas, considera pertinente que o texto contemple somente a Pós-graduação e, finalizado o processo e publicada a resolução, elaborar-se-ia normas específicas para as outras áreas, criando, desta forma, uma cultura de mobilidade institucional que teria como ponto de partida o interesse do professor e não de uma obrigatoriedade institucional. Relata que a UTFPR já trabalha com esse modelo e que o Ifes deve pensar em alternativas nesse sentido, sugerindo que o pró-reitor Márcio visite essa instituição para entender o funcionamento do professor multi-campi. O diretor André informa a impossibilidade de pagamento de diária e registro do ponto eletrônico, uma vez que o pagamento é correspondente ao descolamento e afastamento da sede. A diretora Vanessa comunica que a proposta será encaminhada ao Cepe para que a comissão receba mais sugestões. O pró-reitor Márcio relata que a intenção era apresentar a primeira versão ao Colégio de Dirigentes para

que os diretores-gerais tenham ciência dos trabalhos e que se manifestassem por meio de críticas e ou sugestões. O Presidente pede para aqueles que tenham mais sugestões que as encaminhem à comissão, agradece o trabalho realizado e abre o **item 8**. Alerta aos presentes que a redistribuição de servidor é mais cara do que disponibilizar a vaga em concursos, em virtude das indenizações solicitadas pelo servidor redistribuído, ou seja, ajuda de custo - que varia de uma a três remunerações -, transporte pessoal e da família - passagens ou ressarcimento com combustível - e transporte de mobiliário e bagagem. Relata que o recurso não sai do custeio do campus e sim do custeio geral da instituição, e talvez por isso, os diretores não tenham ideia do valor. Destaca que as redistribuições tem que ser muito bem analisadas, pois atualmente são muitas, comunicando que a partir de agora, toda indenização de redistribuições será debitado no custeio do campus. A diretora Danusa informa que o custo com cada redistribuição varia entre 45 a 70 mil reais. O Presidente esclarece, a partir da dúvida do diretor Wellinton, que toda redistribuição resulta do interesse da administração, independente se a solicitação partiu do servidor. O diretor Hermes relata que o campus Aracruz recentemente solicitou duas redistribuições, numa delas, o servidor não solicitou indenização, na outra, foi solicitado todos os direitos. Alerta que os campi devem ser cuidadosos para com os pedidos de redistribuição cujos perfis são comuns e de estados cujos concursos não são tão exigentes. Ao ser questionado sobre a validade da regra de pagamento de redistribuição pelo custeio do campus, o Presidente responde que conversará em particular com aqueles que têm redistribuição em andamento, mas que, para os demais, a determinação tem início hoje. O Presidente abre o **item 1** e comunica que a capacitação de servidores da Rede deve entrar em operação esse ano, por meio do Plafor, sendo os Institutos Federais e a Enape as instituições ofertantes. Divulga que finalmente deve ser apresentado um mestrado profissional, relatando que o Conif pretende ser a instituição sede, mas que a Capes ainda não se decidiu, podendo ser o Ifes, o proponente. O pró-reitor Márcio informa que o mestrado será submetido pelo Conif por meio de 20 polos. O Presidente revela que tanto a Setec quanto a CPPG estavam preocupadas porque o Conif não tem estrutura para gerenciar a capacitação, acrescentando que, caso a decisão anunciada pelo pró-reitor esteja correta, o Ifes será um dos polos, caso contrário, será a unidade proponente. O Pró-reitor Márcio informa que o polo será no campus Vitória. O Presidente comunica que será implementado o programa Idioma Sem Fronteiras com o objetivo de capacitar professores que poderão ficar até 90 dias no país do idioma escolhido. Relata a necessidade de ação efetiva no ensino de línguas para os cursos técnicos, ressaltando que a definição do idioma, por causa da globalização, força a adoção de inglês técnico. Esclarece que o programa TOIC será semelhante ao TOFFEL tendo a educação profissional como finalidade, acrescentado que, embora a instituição não tenha um programa de inglês, possui o conhecimento técnico. Comunica que o Pronatec foi reduzido e que a oferta não deve chegar a dois milhões de vagas e que a pactuação das vagas termina hoje, revelando que o Ifes solicitou dez mil vagas, no entanto, acredita que devem ser autorizadas somente duas mil. Nesse cenário, solicita um esforço para que a instituição possa oferecer vagas significativas, isto é, que

contemplem presos, membros de quilombolas, dentre outros, pois assim, o Pronatec será utilizada como ferramenta de inclusão. Enfatiza que todos os campi tem que ofertar Proeja, visto que, de acordo com o plano nacional da educação, 10 por cento do total de vagas deve ser destinado para esse fim. Revela que o Pronatec pode ser alternativa para o alcance dessa meta, enfatizando que seu cumprimento será objeto de fiscalização dos órgãos de controle: TCU e CGU. Esclarece que cada campus deve decidir quais cursos do Pronatec deve oferecer, ressaltando que o programa possibilita realizar atendimentos que não se consegue realizar regularmente, e enfatiza a oportunidade de se utilizar o Pronatec como ferramenta para consecução de metas e não somente para divulgação de indicadores. Relata que a implantação do polo de inovação está pedente visto a necessidade de aprovação de uma nota técnica, e que tão logo seja aprovada, a nota será enviada ao Ministro da Educação para emissão de portaria que, além de autorizar o funcionamento do polo, também disponibilizará cargos e funções para 13 servidores, 6 de nível superior e 7 de nível médio. Revela o trabalho realizado para implantação da plataforma MOC de cursos on-line, a qual abriga cursos de curta duração cuja inscrição pode ser realizada por qualquer pessoa. Relata que esse tipo de curso tem se expandido pelo mundo e que o Ifes está aderindo a essa plataforma por meio do curso de Libras que está em fase de experimentação. Destaca que a iniciativa é um exemplo para as outras instituições, ressaltando a necessidade institucional de se investir em ferramentas que auxiliam o acesso à educação. Relata que, poderiam ser ofertadas em meio virtual as disciplinas cujos alunos foram reprovados, pois além de ter previsão legal, tal medida será um passo para a evolução institucional no ambiente virtual. Informa que o Ifes está respondendo um questionário encaminhado pelo TCU; esclarece que um primeiro questionário, realizado em 2012, com alunos e servidores de público-alvo, gerou um relatório e, conseqüentemente, um acórdão pelo qual o Mec se comprometeu a adotar certas medidas. Relata que o questionário atual é direcionado aos gestores para verificar se as medidas acordadas foram adotadas, e assegura que o TCU virá "in loco" para se certificar da efetividade das respostas. Informa que o Ifes tem dois pontos frágeis, isto é, Proeja e evasão, ressaltando que a instituição deve se inspirar em seus campi, como o de Vila Velha, que obteve resultados excelentes na redução da evasão. Enfatiza que os órgãos de controle não vão se ater somente às questões relativas à licitação e ou contabilidade, mas também ao cumprimento das atividade-fim, em conformidade com a Lei que define as finalidades, as características e os objetivos dos Institutos Federais. O Presidente comunica que, contra sua vontade, visto a previsão de corte de 10 por cento do orçamento, o Conif decidiu realizar os Jif's; desta forma, relata que as regionais estão previstas para setembro e a nacional, entre 9 e 14 de novembro, em Goiânia. Esclarece que a Setec arcará responsável pelos custos da competição nacional, no entanto, a regional, a ser realizada em Campos dos Goitacases - RJ, ficará sob responsabilidade dos Institutos Federais. Relata a existência de um trabalho junto ao MPOG para atualização dos bancos de professores e técnico-administrativos. Divulga que vai ser implementado no Simec o módulo para controle de mandatos de diretores e reitor. Comunica que o Instituto Federal do Paraná está sob intervenção, por causa de problemas no

processo eleitoral que elegeu um candidato da situação, uma liminar provocou a saída do reitor em exercício, acrescentando que o interventor, Hélio Cordeiro, dará seguimento ao processo eleitoral. Comunica que, nos dias 8 a 10 de dezembro de 2015, será realizada, em Brasília, a conferência do sistema brasileiro de APL, solicitando aos que tiverem sugestões sobre temas e mesas redondas que os encaminhem ao sr. Milton Cometi. Informa que British Council está realizando uma chamada para eventos científicos, destacando ser uma ótima oportunidade para submissão de projetos de pesquisa e de apoio a eventos, acrescentando que o British Council trabalha com as fundações de apoio locais. Comunica a realização de reunião na Setec com o objetivo de discutir os impactos e possíveis soluções para a questão financeira, com a participação da senadora Rose de Freitas; acrescentando que foi apresentada ao secretário-executivo as demandas orçamentárias dos Institutos Federais, mas que ele não pôde se comprometer com a proposta por causa da indefinição do orçamento federal. Revela que há instituições em que o orçamento de custeio já saiu do controle, solicitando aos presentes um esforço para diminuir as despesas com a terceirização; acrescenta que as despesas de água e luz sempre há uma margem para economia, principalmente luz. Relata que, apesar da previsão em torno de 10 por cento, o corte não será linear, visto que alguns custos são mais complicados para se reduzir, principalmente diárias e passagens. Destaca que, o momento atual é propício para que o gestor encontre soluções e alternativas que auxiliem a instituição na diminuição de gastos. Comunica que o corte de investimento foi significativo, ou seja, quarenta e seis por cento, revelando o trabalho da reitoria em conjunto com os pró-reitores Ademar e Lezi para minimizar o impacto desse corte nas obras do Ifes. Informa que, aparentemente, não será necessário interromper nenhuma obra, visto que algumas delas são recursos de custeio, enfatizando que as obras em andamento vão continuar. Comunica que qualquer proposta que signifique investimento da instituição vai ter que ser muito bem elaborada, pois a decisão será da Setec em Brasília. Relata que o MPOG repreendeu formalmente o Mec, pois Institutos Federais deixaram 423 milhões de restos a pagar em contratos continuados, ressaltando a ilegalidade do fato, visto que somente é permitido deixar 8 por cento do valor destes contratos em restos a pagar. Em relação as obras, o Presidente informa que ainda há várias obras que não estão empenhadas, no entanto, ressalta que essa prática não é ruim desde que se tenha certeza do recebimento do dinheiro, pois, em uma obra totalmente empenhada e caso o fornecedor quebre, perde-se todo o valor, por isso, destaca a necessidade de cuidado e cautela. Divulga a expectativa de que, a partir de julho, normalizar a liberação dos recursos financeiros, por meio de transferências mensais, acrescentando que, atualmente, há só uma liberação mensal e mesmo assim, de forma parcial. O dirigente Ronaldo sugere que, vide a realização dos Jif's, os dirigentes encontrem uma forma para padronizar os pagamentos das despesas dos atletas. Relata que, quando o campus tem infraestrutura que possibilite o fornecimento de alimentação ao aluno é mais simples, mas quanto não tem, torna-se um problema; informando que, em alguns casos, deposita-se o valor total na conta do professor, uma alternativa é depositar na conta do aluno, que é um dificultador, visto que nem todos os

alunos têm conta-corrente. Relata que ano retrasado teve que fazer um levantamento dos restaurantes em Vitória e, revelando, nesse caso, a adoção do sistema de tickets. Destaca que os diretores precisam participar dessa discussão, pois quando adotamos ações conjuntas, fortalecemos a instituição. O Presidente sugere que um estudo seja realizado pelos diretores de administração dos campi e que eles apresentem uma solução. O Colégio de Dirigentes determina a designação de comissão para esse fim, composta pelos diretores de administração de Guarapari, Vitória, Santa Tereza e de Alegre. O diretor-geral Ricardo afirma que a melhor opção é o depósito na conta do professor, alternativa que elimina a necessidade de se realizar uma prestação de contas para cada aluno. O diretor-geral Wellington relata que há alguns anos o campus Nova Venécia realizou um curso para técnico-administrativo, cargo técnico de laboratório cujo perfil era mineração/meturgia. Acrescenta que, no último concurso de remoção interna, foi disponibilizada uma vaga de meturgia na Reitoria para o cargo de técnico de laboratório, e o servidor de Nova Venécia, ocupante desse cargo, foi aprovado no certame. Assim, continua o diretor, como o cargo de técnico de laboratório do campus aceitava a possibilidade de duas áreas, após a remoção do ocupante da área de meturgia, a comissão de concurso decidiu colocar o mesmo perfil de remoção, Meturgia, para o concurso do Campus Nova Venécia. No entanto, não interessa ao campus o perfil de Técnico em Meturgia, mas sim o de Mineração. Desta forma, solicita que seja aprovada a alteração do perfil de Meturgia para Mineração. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, aprova a alteração do perfil da vaga de técnico de laboratório área Meturgia do campus Nova Venécia para Mineração. O Presidente relata que somente 9 campi enviaram as planilhas de investimento do PDI devidamente preenchidas, solicitando aos demais que as encaminhem o mais rápido possível. Revela que o processo de avaliação institucional está em curso e que o PDI estará disponível para consulta pública no site do Ifes a partir da próxima terça-feira ou quarta-feira e que após análise das sugestões da comunidade, será encaminhado ao Conselho Superior. Relata que alguns campi informaram valores irrealizáveis na planilha de investimento, fato que, conseqüentemente, torna o PDI irrealizável. Enfatiza que as prioridades devem ser determinadas, isto é, que além da descrição dos investimentos, as prioridades devem ser informadas; solicitando que as planilhas sejam encaminhadas até a próxima segunda-feira. O pró-reitor Ademar solicita àqueles que enviaram a planilha sem especificar as prioridades que o façam o mais breve possível. O Presidente comunica que o edital de remoção interna de professores e o edital de concurso público de técnico-administrativo serão publicados na próxima segunda-feira. A diretora Danusa relata que foi encaminhado aos dirigentes um memorando descrevendo as atividades dos profissionais de enfermagem, informando que, por causa de denúncias, houve, por parte do Conselho de Enfermagem, restrição das atividades desempenhadas pelos profissionais da saúde no Ifes. Lamenta a ação do conselho, a qual impede que pessoas muito capacitadas exerçam atividades fundamentais para a instituição. Destaca a impossibilidade de se ter medicação nos campi e a necessidade de supervisão de um enfermeiro na atuação do profissional de enfermagem. Relata os problemas que a instituição tem enfrentado com o ERP, pois em muitos casos o cadastro dos servidores não corresponde

com as descrições constantes no organograma institucional, enfatizando que o atraso no envio dessas informações, posterga a implantação do sistema. Informa que a DGP já encaminhou aos dirigentes uma tabela para que essas informações sejam preenchidas, e solicita que ela seja enviada até dia 20 de julho. O Presidente passa a palavra para o diretor Ricardo que relata problemas no campus Vitória em relação ao Eja, os quais se iniciaram a partir da extinção do curso de Metalurgia Proeja. Explica que a extinção em si não foi o causador dos problemas, informando que o curso de Edificações Proeja extinto foi substituído pelo curso Guia de Turismo. Relata que no caso do curso de Metalurgia, isso não aconteceu, ou seja, não houve debate e muito menos uma proposta de substituição, fato que revoltou os discentes e os professores do Eja. Relata que os alunos estão propagando que a extinção do curso se deve a incapacidade destes em aprender, ressaltando que essa situação gerou um grande mal estar que culminou, na semana passada, em manifestação iniciada no pátio do campus Vitória para depois, em passeata, fechar a avenida Vitória, duas vezes. Relata que, nessa semana, houve debate sem anarquia, enfatizando que a resposta que os manifestantes querem não é do campus Vitória e sim, da instituição. Revela que o Fórum nacional em defesa do Eja é muito forte e que uma de suas bandeiras é o descumprimento por parte do Ifes, da disponibilização do quantitativo de vagas do Eja estipuladas em Lei. Ressalta que os manifestantes ignoram as limitações de espaço físico e o quantitativo insuficiente de professores, e prevê, caso não haja uma resposta condizente por parte da instituição, ações descomedidas. Revela que, em determinados momentos, os manifestantes são irônicos; e reconhece que eles estão fundamentados legal e teoricamente, enfatizando que a liderança do movimento é exercida por professores doutores em educação. Relata que a direção do campus Vitória ainda não se pronunciou sobre o caso, devendo fazê-lo quando receber o processo que está na Eja. Comunica que, caso o movimento permaneça pacífico, a direção do campus irá apoiá-lo. O Presidente informa que o Ifes possui 4 por cento de suas vagas destinadas ao Eja, percentual abaixo dos 10 por cento determinados por Lei. O diretor Ricardo acrescentou que todos os dirigentes tem que assumir essa responsabilidade e encontrar soluções para que o Eja atinja o percentual determinado. O Presidente relata que a coordenadoria do Eja está isolada, acrescentando que a sistemática de oferta do EJA está errada, pois somente a publicação de edital não garante o preenchimento das vagas, ressaltando que se deve espelhar no projeto mulheres mil ou criar uma alternativa eficaz de ingresso. Enfatiza a necessidade de se iniciar um debate que construa soluções, pois o percentual de vagas para o Eja é uma exigência legal que será cobrada pelos órgãos de controle. Destaca o caráter legalista do movimento, acrescentando que, além da manifestação dos docentes e dos alunos, é necessário uma participação ativa da sociedade para discutir a necessidade de se ofertar um determinado curso Eja, pois se o movimento se basear apenas em uma briga ideológica entre os pares, não haverá solução. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.